



## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000009/2026

## 1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a *Aquisição de Resíduo fino de usinagem de CBUQ (Expurgo)*, para atendimento das demandas do DERACRE, conforme condições e especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

## 2. DA NATUREZA DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é classificado como bem móvel comum, por se tratar da *aquisição de Resíduo fino de usinagem de CBUQ (Expurgo)*, com especificações técnicas uniformes e bem definidas.

2.2. Sua aquisição visa atender às demandas da Macro Regional I – MGR I, caracterizando-se como item de uso recorrente e de fornecimento padronizado, passível de aquisição por Pregão Eletrônico, sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), em conformidade com o art. 6º, inciso XL, e o art. 82 da Lei nº 14.133/2021.

## 3. DOS QUANTITATIVOS, ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

3.1. Os quantitativos e as especificações técnicas dos itens que compõem o objeto desta contratação foram definidos com base nas informações constantes do Documento de Formalização da Demanda – DFD nº 87/2025/DERACRE – NUCLIC e do Mapa de Preço nº 126/2025/DERACRE – NUCLIC, conforme quadro descritivo e demais documentos técnicos que integram o processo administrativo.

Item	Descrição do objeto	Unidade	Quantidade	
			Registro	Consumo
1	Resíduo fino de usinagem de CBUQ (Expurgo)	TONELADA	20.000,00	15.000,00

### 3.2. Do sigilo do valor estimado

3.2.1. O orçamento estimado da contratação possui caráter sigiloso, conforme previsto no art. 24, §3º, da Lei nº 14.133/2021 e no art. 109, §2º, do Decreto Estadual nº 11.363/2023, tendo em vista tratar-se de Pregão Eletrônico sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), cujo julgamento será pelo menor valor ofertado. Tendo em vista as seguintes justificativas:

3.2.2. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será divulgado apenas após o julgamento das propostas, visando proteger as informações sensíveis da licitação até o momento oportuno.

3.2.3. A escolha da modalidade Pregão, que prevê a fase de lances, justifica a necessidade de manter o orçamento sigiloso, uma vez que tal procedimento permite a competição direta entre os licitantes, estimulando a redução de preços e garantindo uma negociação mais vantajosa para a Administração.

3.2.4. O sigilo do orçamento contribui para que as propostas apresentadas sejam mais competitivas, permitindo que os licitantes ofereçam preços condizentes com o mercado, sem ter acesso ao valor estimado previamente divulgado, o que poderia distorcer a livre concorrência.



## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000009/2026

3.2.5. O sigilo também garante que, caso a licitante não atinja o preço estimado pela Administração, seja possível a negociação de preços, visando o reequilíbrio econômico-financeiro e a obtenção do melhor valor para a contratação.

3.2.6. Em conformidade com o art. 24 da Lei nº 14.133/2021, o sigilo do orçamento não se aplica aos órgãos de controle interno e externo, que terão acesso à informação para garantir a transparência e o acompanhamento da licitação.

## **4. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DA CONTRATAÇÃO**

### **4.1. Da Ata de Registro de Preços**

4.1.1. A Ata de Registro de Preços (ARP) é o documento vinculativo e obrigacional, que constitui compromisso para futuras contratações, no qual são registrados os preços, fornecedores, órgãos participantes e as condições a serem observadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e nas propostas apresentadas pelos licitantes.

4.1.2. A ARP terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, conforme estabelece a Lei nº 14.133/2021.

4.1.3. Concluídas as fases de adjudicação e homologação, a Administração comunicará à licitante vencedora para que, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, proceda à assinatura da Ata de Registro de Preços.

4.1.4. O prazo acima poderá ser prorrogado, desde que haja solicitação formal e devidamente justificada pela licitante vencedora, ficando a prorrogação condicionada à aceitação da Administração.

4.1.5. Após a assinatura da ARP, e durante sua vigência, o órgão gerenciador poderá, a qualquer tempo e conforme a necessidade administrativa, convocar a detentora da ARP para a celebração do Termo de Contrato ou documento equivalente.

### **4.2. Da Vigência dos Contratos Decorrentes**

4.2.1. Os contratos decorrentes da(s) Ata(s) de Registro de Preços terão como termo inicial a data de sua vigência e permanecerão adstritos aos respectivos créditos orçamentários, podendo ser prorrogados conforme o disposto no art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

### **4.3. Dos Meios de Assinatura**

#### **4.3.1. Meio Preferencial**

4.3.1.1. As Atas de Registro de Preços e os contratos delas decorrentes serão assinados preferencialmente por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

#### **4.4. Meios Alternativos**

4.4.1. Na hipótese de inoperância do sistema, a Administração poderá utilizar outros meios válidos de assinatura eletrônica ou física, tais como conta gov.br, certificado digital ICP-Brasil ou assinatura manual, conforme o caso.



## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000009/2026

#### 4.5. Penalidades por Recusa Injustificada

4.5.1. A recusa injustificada em assinar a Ata, o contrato ou em retirar documento equivalente ensejará a aplicação das penalidades e sanções cabíveis, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

#### 4.5.2. Das Disposições Complementares

##### 4.5.2.1. Aplicação das Minutas Anexas

As demais condições aplicáveis à execução e gestão da Ata de Registro de Preços e dos contratos dela decorrentes constam da minuta da ARP e da minuta de contrato, anexas a este Termo de Referência.

#### 4.5.3. Integração de Dispositivos

As minutas anexas integram este Termo de Referência em todos os seus efeitos, sem exclusão ou supressão das disposições aqui estabelecidas.

## 5. DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. A presente contratação tem origem nas demandas operacionais das unidades técnicas e regionais do Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre – DERACRE, conforme formalizado no Documento de Formalização da Demanda – DFD, e decorre da necessidade de garantir o atendimento contínuo das atividades de manutenção, conservação e recuperação da malha rodoviária estadual, por meio da aquisição de **Resíduo Fino de Usinagem de Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ (expurgo)**, material amplamente utilizado como insumo em serviços de recomposição, regularização e melhoria das condições de trafegabilidade das vias pavimentadas e não pavimentadas.

5.2. A solução proposta consiste na realização de **Pregão Eletrônico sob o Sistema de Registro de Preços (SRP)**, modalidade adequada à aquisição de bens comuns, conforme disposto no **art. 28, inciso I, e no art. 82 da Lei nº 14.133/2021**, considerando que o objeto possui características padronizadas, ampla disponibilidade no mercado e demanda recorrente, cuja utilização ocorre de forma contínua, conforme as necessidades da Administração. O Sistema de Registro de Preços proporciona maior eficiência administrativa, flexibilidade no gerenciamento das aquisições e racionalização dos recursos públicos, permitindo a contratação conforme a demanda efetiva.

5.3. A contratação do referido material é essencial para assegurar a continuidade das ações de infraestrutura rodoviária executadas pelo DERACRE, especialmente nos serviços de manutenção corretiva e preventiva, recomposição de revestimentos, melhorias emergenciais e intervenções operacionais nas rodovias estaduais, contribuindo diretamente para a segurança viária, mobilidade da população e preservação do patrimônio público, em consonância com o **art. 5º da Lei nº 14.133/2021**, que estabelece como objetivo da licitação a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, observando os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

5.4. Sob o aspecto econômico, a adoção do Sistema de Registro de Preços possibilita a aquisição do material de forma parcelada e conforme a necessidade operacional, evitando a formação de estoques excessivos,



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000009/2026**

reduzindo riscos de perdas e desperdícios, bem como promovendo o uso eficiente dos recursos orçamentários, em conformidade com o princípio da economicidade previsto no **art. 5º, inciso III, da Lei nº 14.133/2021**.

5.5. Adicionalmente, a presente contratação observa o princípio da sustentabilidade, nos termos do **art. 5º, inciso XII, e do art. 11, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021**, uma vez que o resíduo fino de usinagem de CBUQ constitui material reaproveitável, contribuindo para a redução de impactos ambientais, otimização do uso de insumos e promoção de práticas sustentáveis nas atividades de manutenção e conservação da infraestrutura rodoviária, reforçando o compromisso institucional do DERACRE com a gestão eficiente e ambientalmente responsável dos recursos públicos.

**6. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

6.1. O parcelamento da presente contratação mostra-se **tecnicamente recomendável e economicamente vantajoso**, considerando que o fornecimento do **Resíduo Fino de Usinagem de Concreto Betuminoso Usinado a Quente – CBUQ (expurgo)** será realizado de forma **parcelada, conforme a demanda operacional do DERACRE**, em atendimento às necessidades contínuas de manutenção, conservação e recuperação da malha rodoviária estadual.

6.2. A adoção do parcelamento permite à Administração realizar as aquisições de forma gradual, de acordo com a efetiva necessidade, evitando o acúmulo desnecessário de material, reduzindo riscos de perdas, degradação ou desperdício, além de proporcionar melhor gestão logística, operacional e orçamentária.

6.3. Além disso, o parcelamento contribui para a **ampliação da competitividade**, permitindo a participação de um maior número de licitantes, e favorece a obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração, em observância aos princípios da **economicidade, eficiência e interesse público**, previstos no **art. 5º da Lei nº 14.133/2021**.

6.4. Ressalta-se que a contratação será realizada por meio do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, o qual, por sua natureza, permite o fornecimento parcelado durante o período de vigência da ata, conferindo maior flexibilidade à Administração Pública, conforme previsto nos **arts. 18, §1º, inciso VIII, e 82 da Lei nº 14.133/2021**, assegurando a adequação da contratação às necessidades institucionais e promovendo o uso racional dos recursos públicos.

**7. PREVISÃO DA VEDAÇÃO OU PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO**

7.1. Vedada, por se tratar de objeto de fornecimento padronizado, que não demanda compartilhamento de capacidades técnicas ou operacionais, impondo-se a execução direta e individual pela contratada.

**8. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

A solução definida para atendimento da necessidade institucional consiste na **aquisição de Resíduo Fino de Usinagem de CBUQ (Refugo)**, destinado à execução de serviços de manutenção, recuperação e melhoramento de Ramais e Estradas Vicinais no âmbito do Departamento de Estradas de Rodagem do Acre – DERACRE. O material será utilizado como insumo estratégico para reforço de subleito, regularização de superfície, estabilização de base e



## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000009/2026

melhoria das condições estruturais e trafegabilidade de vias não pavimentadas.

A contratação deverá ocorrer conforme as diretrizes da **Lei nº 14.133/2021**, regulamentada no Estado do Acre pelo **Decreto nº 11.363/2023**, observando-se os requisitos mínimos de desempenho, segurança, regularidade de fornecimento e economicidade, conforme o inciso VII do §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.

#### 8.1. **Exigências Relacionadas à Qualidade**

8.1.1. Para garantir o desempenho adequado do material e a eficiência na aplicação em estradas vicinais, o Resíduo Fino de Usinagem de CBUQ (Refugo) deverá atender aos seguintes requisitos de qualidade:

#### 8.2. **Conformidade técnica**

8.2.1. O material deverá:

8.2.2. Ser proveniente de usinagem a quente (CBUQ), contendo granulometria fina adequada para uso como reforço e nivelamento de superfície;

8.2.3. Apresentar características físicas que ofereçam capacidade de compactação, coesão e resistência ao tráfego de baixa e média intensidade;

8.2.4. Possuir teor residual de ligante betuminoso suficiente para garantir estabilidade;

8.2.5. Estar livre de materiais estranhos, contaminantes, excesso de umidade e impurezas.

8.2.6. Embora o objeto se trate de resíduo, as condições mínimas de qualidade deverão ser observadas com base em referências da **ABNT** aplicáveis a materiais asfálticos reciclados, bem como práticas técnicas usualmente aceitas pelo setor de pavimentação.

#### 8.3. **Regularidade ambiental e procedência**

8.4. Será exigido que o fornecedor:

8.5. Comprove a **origem regular** do material, garantindo que o refugo seja proveniente de processo industrial autorizado;

8.6. Atenda à legislação ambiental vigente, evitando descarte irregular de resíduos asfálticos.

#### 8.7. **Regime de Fornecimento e Logística**

8.7.1. Em conformidade com o inciso VII do §1º do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, a solução adotada considera:

8.7.2. **Fornecimento sob demanda**, permitindo ao DERACRE retirar o material conforme a evolução das frentes de serviços;

8.7.3. **Retirada nas dependências da contratada**, mediante cronograma previamente ajustado e controle de carga por meio de notas fiscais, romaneios e registros de saída;

8.7.4. **Aproveitamento de economia de escala**, uma vez que a aquisição é concentrada em volume expressivo (20.000 toneladas), permitindo ganho econômico no preço unitário;





## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000009/2026

8.7.5. **Redução de custos logísticos**, já que o transporte será executado diretamente pelas equipes ou contratos auxiliares do DERACRE.

8.7.6. Essa modalidade de fornecimento é a mais vantajosa tecnicamente, pois assegura:

8.7.7. Flexibilidade operacional;

8.7.8. Menor risco de desperdício de material;

8.7.9. Ajuste às necessidades das regiões a serem atendidas.

8.8. **Justificativa Técnica da Solução**

8.8.1. A solução adotada justifica-se por:

8.8.2. **Adequação do material ao tipo de obra:** o resíduo fino de usinagem apresenta excelente desempenho para nivelamento e reforço de estradas vicinais, sendo amplamente utilizado em práticas de manutenção de baixo e médio custo;

8.8.3. **Viabilidade técnica comprovada:** o material permite rápida aplicação, boa compactação e melhoria significativa da trafegabilidade;

8.8.4. **Aproveitamento de insumo reciclado**, contribuindo com políticas de sustentabilidade e destinação adequada de resíduos industriais;

8.8.5. **Compatibilidade com o planejamento operacional** do DERACRE, especialmente em regiões onde a pavimentação completa não é imediata.

8.9. **Justificativa Econômica da Solução**

8.9.1. Do ponto de vista econômico, a solução é vantajosa porque:

8.9.2. Apresenta **custo consideravelmente menor** que agregados tradicionais (britas, solo-brita, bica corrida, etc.);

8.9.3. Permite **maior extensão de vias atendidas com menor investimento**;

8.9.4. Reduz custos de manutenção futura devido à melhoria estrutural proporcionada pelo material;

8.9.5. Aproveita economia de escala pela aquisição em grande volume;

8.9.6. Diminui o desperdício e reduz gastos com aquisição de insumos de maior valor agregado.

8.10. **Síntese da Solução**

8.10.1. A solução como um todo contempla:

8.10.2. Aquisição de 20.000 toneladas de Resíduo Fino de Usinagem de CBUQ;

8.10.3. Retirada diretamente nas instalações da contratada;

8.10.4. Atendimento às normas técnicas e ambientais aplicáveis;

8.10.5. Fornecimento contínuo e sob demanda;



## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000009/2026

- 8.10.6. Garantia de qualidade mínima, procedência e controle de carga;
- 8.10.7. Justificativas técnica e econômica que demonstram ser esta a alternativa mais eficiente, proporcional e vantajosa para o DERACRE.
- 8.11. Assim, a presente solução atende plenamente aos requisitos do art. 18, §1º, VII da Lei nº 14.133/2021 e do art. 80 do Decreto nº 11.363/2023, revelando-se adequada, eficiente e aderente ao interesse público.
- 8.12. A adoção do Pregão Eletrônico sob o Sistema de Registro de Preços (SRP) confere flexibilidade, eficiência e racionalidade administrativa, permitindo contratações conforme a necessidade e otimizando os recursos públicos, em conformidade com os arts. 5º, incisos III e XI, e 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, e com o art. 80 do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

## 9. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 9.1. Exigências internas do DERACRE

- 9.1.1. Disponibilização do resíduo fino de usinagem (expurgo) em quantidade suficiente para atender às demandas operacionais do DERACRE, destinadas à manutenção e melhoramento de ramais e estradas vicinais;
- 9.1.2. Definição clara do local de retirada do material, que ocorrerá nas dependências da contratada, garantindo logística eficiente e compatível com o planejamento das frentes de serviço;
- 9.1.3. Compatibilidade do material com as finalidades de aplicação em serviços de regularização e melhoria de vias não pavimentadas;
- 9.1.4. Garantia de fornecimento contínuo, conforme necessidade da Administração, evitando descontinuidade das atividades operacionais.

### 9.2. Exigências externas e normativas

- 9.2.1. Atendimento às normas técnicas aplicáveis, especialmente às diretrizes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quando couber;
- 9.2.2. Comprovação de que o material é proveniente de usina de asfalto devidamente regularizada junto aos órgãos competentes;
- 9.2.3. Cumprimento da legislação ambiental vigente, especialmente quanto ao armazenamento, manuseio e destinação de resíduos;
- 9.2.4. Observância integral às disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Estadual nº 11.363/2023.

### 9.3. Dos Critérios de Sustentabilidade Socioambiental

- 9.3.1. Incentivar o reaproveitamento de resíduos provenientes da usinagem de CBUQ, contribuindo para a redução de impactos ambientais e promovendo o uso racional de recursos;
- 9.3.2. Garantir que o material seja armazenado e disponibilizado de forma ambientalmente adequada, evitando contaminação do solo e de recursos hídricos;



## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000009/2026

9.3.3. Priorizar fornecedores que adotem boas práticas ambientais e estejam em conformidade com a legislação vigente;

9.3.4. Promover o uso eficiente do material, reduzindo desperdícios e contribuindo para a sustentabilidade das obras públicas.

#### 9.4. **Da garantia do Objeto**

9.4.1. Garantia de que o material fornecido esteja em condições adequadas de uso, conforme as especificações estabelecidas pela Administração;

9.4.2. Responsabilização da contratada pela substituição do material que apresentar inconformidades quanto à qualidade ou às condições de utilização, sem ônus para a Administração;

9.4.3. Assegurar que o material atenda aos requisitos mínimos de qualidade, durabilidade e desempenho compatíveis com sua finalidade.

#### 9.5. **Da Subcontratação**

9.6. Não será admitido a subcontratação parcial ou total do objeto.

#### 9.7. **Da Garantia Contratual**

9.7.1. Não será exigido garantia contratual

### 10. **DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

10.1. A execução do objeto dar-se-á de forma parcelada, conforme a necessidade operacional do Departamento de Estradas de Rodagem, Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Acre – DERACRE, mediante emissão de Ordem de Fornecimento expedida pelo setor competente, observando o planejamento institucional e a demanda das frentes de serviço.

10.2. O fornecimento do resíduo fino de usinagem (expurgo) será realizado mediante retirada e/ou entrega do material, conforme as condições estabelecidas na respectiva Ordem de Fornecimento, a qual indicará os quantitativos solicitados, os prazos para atendimento e o local de destinação do material.

10.3. Os locais de entrega poderão compreender vias urbanas, rodovias estaduais, canteiros de obras, usinas, unidades operacionais e demais frentes de serviço vinculadas às atividades desta Autarquia, conforme definição do gestor ou fiscal responsável pela contratação.

10.4. A contratada deverá atender às solicitações emitidas pela Administração, observando rigorosamente os locais, prazos e quantitativos definidos em cada Ordem de Fornecimento, responsabilizando-se pelos custos operacionais, logísticos e de transporte necessários ao pleno cumprimento do objeto.

10.5. A execução do objeto deverá observar rigorosamente as condições, especificações e exigências estabelecidas neste Termo de Referência e no futuro instrumento contratual, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, visando assegurar o fornecimento contínuo, eficiente e adequado do resíduo fino de usinagem (expurgo), de forma a atender às demandas operacionais do DERACRE sem comprometer a execução dos serviços de manutenção, recuperação e melhoramento de vias urbanas, ramais e rodovias estaduais.





## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000009/2026

10.6. O recebimento do material ocorrerá mediante conferência dos quantitativos solicitados e verificação das condições do material fornecido, no ato da retirada e/ou entrega, conforme disposto na respectiva Ordem de Fornecimento. A Administração poderá recusar, no todo ou em parte, o material que apresentar características incompatíveis com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência, sem prejuízo da aplicação das medidas administrativas e sanções previstas na legislação e no instrumento contratual.

10.7. O fornecimento deverá ocorrer de forma contínua e parcelada, conforme a necessidade da Administração, observando os locais indicados pelo DERACRE, os quais poderão compreender vias urbanas, rodovias estaduais, frentes de serviço, usinas e demais unidades operacionais vinculadas às atividades desta Autarquia.

10.8. O modelo de execução adotado busca assegurar maior eficiência logística, controle operacional e adequada gestão do fornecimento, permitindo à Administração flexibilidade na definição das demandas, quantitativos e locais de atendimento, em observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

## 11. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

### 11.1. Execução Contratual

11.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas pactuadas e com a legislação aplicável, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

11.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo período correspondente, mediante simples apostila.

11.1.3. Durante toda a execução, a contratada deverá cumprir a legislação referente à reserva de cargos para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social, aprendiz e outras normas específicas.

11.1.4. A execução será acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais de contrato, formalmente designados, podendo ser assistidos por terceiros contratados para apoio técnico.

### 11.2. Gestão Contratual

11.2.1. A gestão contratual terá por objetivo garantir a adequada disponibilidade do serviço contratado às unidades administrativas. Compete ao

#### 11.2.2. Gestor do Contrato:

- a) solicitar aditivos ou apostilamentos, validar documentos e assegurar que a contratação esteja prevista no PCA e no orçamento;
- b) emitir ordens de execução, paralisação e reinício, decidir sobre pedidos de prorrogação, com ciência dos fiscais;
- c) indicar fiscais titulares e substitutos;
- d) dirimir dúvidas sobre a correta execução e fiscalização;



## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000009/2026

- e) convocar e coordenar reuniões com a contratada e os fiscais, lavrando atas;
- f) acompanhar cronogramas físico-financeiros, saldos contratuais, valores empenhados e previstos em plano de trabalho;
- g) analisar relatórios de fiscalização;
- h) observar prazos de vigência e execução, adotando medidas necessárias ao cumprimento contratual;
- i) decidir sobre renovação, alteração ou nova contratação, bem como sobre suspensão da execução;
- j) negociar condições contratuais, quando necessário;
- k) analisar documentação de pagamento após atesto do fiscal;
- l) adotar providências em caso de descumprimento contratual ou fraude;
- m) exigir registro tempestivo das informações em sistemas de controle e no PNCP;
- n) coordenar as atividades de fiscalização;
- o) emitir decisão sobre solicitações e reclamações relacionadas ao contrato;
- p) acompanhar registros de ocorrências da execução contratual;
- q) elaborar relatório final da execução contratual;
- r) analisar e instruir pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro;
- s) providenciar digitalização e armazenamento de documentos no SEI e no PNCP;
- t) preencher termo de avaliação de contrato administrativo;
- u) inserir os dados do contrato no PNCP.

### 11.3.

#### **Fiscalização Contratual**

#### 11.3.1.

##### Compete ao Fiscal do Contrato:

- a) registrar todas as ocorrências da execução em meio próprio, determinando a correção de falhas observadas;
- b) apoiar tecnicamente o Gestor de Contrato, fornecendo informações e esclarecimentos;
- c) juntar aos autos as ocorrências e propor medidas saneadoras;
- d) emitir notificações para correção de irregularidades, fixando prazos;
- e) realizar medições, aprovar planilhas de execução e acompanhar o cronograma;
- f) comunicar situações que demandem decisão superior, em tempo hábil;
- g) adotar medidas preventivas e manifestar-se sobre suspensão de serviços;



## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000009/2026

- h) conferir notas fiscais e documentos de cobrança, atestar sua conformidade e encaminhar ao Gestor;
- i) avaliar os serviços executados;
- j) assegurar observância de normas técnicas, legais e contratuais;
- k) exigir uso adequado de EPIs e EPCs quando aplicável;
- l) determinar a retirada de empregados que comprometam a execução;
- m) manter contato com o preposto da contratada e promover reuniões para solução de problemas;
- n) manifestar-se em pedidos de alteração contratual;
- o) verificar aplicação correta de materiais, testes e ensaios, quando necessários;
- p) realizar o recebimento do objeto, conforme art. 140 da Lei nº 14.133/2021;
- q) propor abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidades;
- r) comunicar o término do contrato à autoridade competente;
- s) desempenhar outras atribuições compatíveis com a função.

#### 11.4. **Designação**

11.4.1. O Gestor e o Fiscal do Contrato serão formalmente designados por Portaria, nos termos do art. 20 do Decreto nº 11.363/2023, com ciência dos servidores indicado

## 12. **DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO, CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA**

#### 12.1. **Da modalidade de licitação**

12.1.1. A licitação será realizada na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, destinada à aquisição de bens móveis comuns.

12.1.2. A licitação será processada sob o Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme o art. 82 da Lei nº 14.133/2021, visando atender às demandas contínuas e variáveis do DERACRE, mediante fornecimento parcelado conforme necessidade.

#### 12.1.3. **Justificativa da licitação por SRP**

12.1.3.1. A utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP) fundamenta-se no art. 82 da Lei nº 14.133/2021, em razão da natureza recorrente e de demanda variável do objeto, cuja aquisição deve ocorrer de forma contínua e conforme a necessidade das unidades operacionais do DERACRE.

12.1.3.2. O SRP revela-se o modelo mais adequado para garantir racionalização dos processos de compra, planejamento orçamentário eficiente e fornecimento sob demanda, evitando o acúmulo de estoque e assegurando a economicidade e eficiência na aplicação dos recursos públicos.

#### 12.2. **Do Critério de julgamento**



## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000009/2026

12.2.1. O critério de julgamento será o de menor preço por item, em conformidade com o art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

#### 12.3. **Do modo de disputa**

12.3.1. O modo de disputa adotado será o aberto, conforme o art. 56, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, realizado de forma eletrônica, com apresentação de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes.

### 13. **PRAZO DE VALIDADE E CONDIÇÕES DA PROPOSTA**

#### 13.1. **Prazo de Validade da Proposta**

13.1.1. As propostas deverão possuir validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

13.1.2. Decorrido o prazo de validade da proposta sem convocação para contratação, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

#### 13.2. **Condições da Proposta**

13.2.1. A proposta deverá ser apresentada em moeda corrente nacional, contendo a descrição do objeto ofertado, quantitativos, valores unitários e totais.

13.2.2. Nos preços ofertados deverão estar inclusos todos os custos diretos e indiretos necessários ao fornecimento do objeto, inclusive tributos, transporte, carga, descarga, seguros e demais despesas incidentes.

13.2.3. A proposta deverá conter os dados da empresa proponente, incluindo razão social, CNPJ e identificação do representante legal.

13.2.4. A apresentação da proposta implicará plena aceitação das condições estabelecidas neste Termo de Referência.

#### 13.3. **Da Prova de Conceito**

13.3.1. Não será exigida prova de conceito para o objeto da presente contratação, considerando tratar-se de aquisição de material comum, cujas especificações podem ser objetivamente definidas por meio deste Termo de Referência.

#### 13.4. **Hipóteses de Desclassificação da Proposta**

13.4.1. Contenham vícios insanáveis;

13.4.2. Não obedecerem às especificações técnicas contidas neste Termo de Referência;

13.4.3. Apresentem preços inexequíveis ou excessivamente elevados em relação ao valor estimado pela Administração;

13.4.4. Apresentem preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado;

13.4.5. Estejam em desacordo com as exigências previstas no instrumento convocatório;



## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000009/2026

- 13.4.6. Contenham informações incompletas, inconsistentes ou que impeçam a adequada análise da proposta.
- 13.4.7. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas, nos termos da legislação vigente.

## 14. DA HABILITAÇÃO

### 14.1. Qualificação Técnica

14.1.1. A licitante deverá comprovar sua capacidade técnica mediante a apresentação de atestado(s) de capacidade técnica expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre(m) o fornecimento, de forma satisfatória, bens pertinentes e compatíveis com o objeto desta licitação.

14.1.1.1. A Administração poderá, em diligência, solicitar à licitante melhor classificada a apresentação de cópia autenticada do contrato da prestação do serviço ou da nota fiscal, documentos esses que tenham embasado a emissão do atestado de capacidade técnica.

### 14.2. Qualificação Econômica

14.2.1. A licitante deverá demonstrar, para fins de habilitação econômica, capital mínimo mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

### 14.3. Habilitação Jurídica

14.3.1. Dar-se-á conforme edital

### 14.4. Habilitação Fiscal, social e trabalhista

14.4.1. Dar-se-á conforme edital

## 15. DOS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

15.1. Compete à empresa contratada observar integralmente as disposições legais, editalícias e contratuais, assegurando o fiel cumprimento do objeto e a manutenção das condições de habilitação durante toda a execução contratual.

### 15.2. Da Execução e Supervisão Contratual

15.2.1. Assegurar que o objeto contratado seja executado conforme as condições, prazos e especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato;

15.2.2. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, designando formalmente servidor(es) responsável(is), conforme o art. 117 da Lei nº 14.133/2021;

15.2.3. Comunicar à contratada quaisquer inconformidades, determinando a correção dentro dos prazos fixados;

15.2.4. Garantir que o ambiente e os recursos disponibilizados sejam adequados à execução das entregas e ao recebimento do material.





## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000009/2026

#### 15.3. **Da Gestão Administrativa e Financeira**

15.3.1. Efetuar o pagamento dos valores devidos à contratada, observando as condições e prazos previstos contratualmente e a ordem cronológica de exigibilidade;

15.3.2. Registrar todas as informações relativas à execução contratual no PNCP, assegurando a rastreabilidade e transparência dos atos;

15.3.3. Promover, quando cabível, o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, mediante comprovação das condições que o justifiquem;

15.3.4. Solicitar à contratada a apresentação de documentos fiscais, trabalhistas e previdenciários que comprovem a regularidade durante a execução contratual;

15.3.5. Adotar as providências necessárias à preservação dos interesses do DERACRE e à continuidade das atividades essenciais.

#### 15.4. **Da Aplicação de Penalidades e Modificações Contratuais**

15.4.1. Aplicar as penalidades previstas em lei e no contrato, como advertências, multas, impedimento ou rescisão, em caso de descumprimento das obrigações assumidas;

15.4.2. Modificar o contrato por razões de interesse público, devidamente justificadas e respeitando os direitos do contratado, conforme o art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

15.4.3. Encerrar o contrato nas hipóteses legais, observando o devido processo administrativo e garantindo o contraditório e a ampla defesa;

15.4.4. Exigir garantias complementares de fiel cumprimento das obrigações, quando previsto no edital ou no instrumento contratual.

#### 15.5. **Da Comunicação e Cooperação**

15.5.1. Disponibilizar à contratada todas as informações e documentos necessários à correta execução do objeto;

15.5.2. Informar, de forma tempestiva, quaisquer alterações de cronograma, condições técnicas ou administrativas que impactem o contrato;

15.5.3. Manter comunicação transparente e colaborativa com a contratada, assegurando alinhamento técnico e operacional;

15.5.4. Permitir a atuação dos órgãos de controle interno e externo, disponibilizando acesso aos documentos e registros da execução contratual.

#### 15.6. **Da Integridade e da Responsabilidade Institucional**

15.6.1. Proteger dados e informações de caráter sensível obtidos durante a execução contratual, garantindo seu sigilo e uso restrito;



## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000009/2026

15.6.2. Assegurar que todas as normas trabalhistas e previdenciárias sejam cumpridas, prevenindo responsabilidade solidária ou subsidiária do DERACRE;

15.6.3. Conduzir todos os atos contratuais com probidade, eficiência, transparência e boa-fé, zelando pelo interesse público e pela correta aplicação dos recursos.

## **16. DOS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADO**

16.1. Compete à empresa contratada o fiel cumprimento do contrato, observando as disposições legais, editais e contratuais, bem como as normas técnicas aplicáveis à execução do objeto.

### **16.2. Da Execução do Objeto**

16.2.1. Disponibilizar o resíduo fino de usinagem (expurgo) conforme os quantitativos, prazos e condições estabelecidos na Ordem de Fornecimento e no contrato;

16.2.2. Assegurar que o material fornecido esteja em condições adequadas de uso, compatível com a finalidade de aplicação em serviços de manutenção e melhoramento de ramais e estradas vicinais;

16.2.3. Disponibilizar o material nas dependências da contratada, em local apropriado, garantindo condições adequadas de armazenamento e retirada;

16.2.4. Responsabilizar-se pela qualidade, integridade e conformidade do material até o momento da retirada pelo DERACRE;

16.2.5. Comunicar formalmente à contratante qualquer fato que possa interferir na execução do objeto ou no cumprimento dos prazos estabelecidos;

16.2.6. Substituir, sem ônus para a Administração, o material que apresentar inconformidade com as especificações exigidas.

### **16.3. Das Responsabilidades Legais e Trabalhistas**

16.3.1. Manter durante toda a vigência contratual as condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação;

16.3.2. Cumprir as legislações trabalhista, previdenciária, fiscal e ambiental, arcando com todos os encargos decorrentes da execução contratual;

16.3.3. Assegurar o cumprimento das normas relativas à reserva de vagas para pessoas com deficiência, aprendizes e reabilitados da Previdência Social, quando aplicável;

16.3.4. Adotar todas as medidas de segurança e saúde ocupacional, garantindo ambiente de trabalho adequado e seguro;

16.3.5. Apresentar, sempre que solicitado, comprovantes de regularidade fiscal e trabalhista, sob pena de suspensão de pagamento e sanções administrativas.

### **16.4. Da Comunicação e Cooperação**



## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000009/2026

- 16.4.1. Manter comunicação permanente com o gestor e os fiscais do contrato, acatando orientações e providenciando as correções determinadas;
- 16.4.2. Informar ao DERACRE sobre mudanças relevantes na estrutura societária ou técnica que possam impactar a execução contratual;
- 16.4.3. Permitir o acompanhamento, inspeção e auditoria da execução contratual pelos órgãos de controle interno e externo, apresentando documentos e esclarecimentos solicitados;
- 16.4.4. Trabalhar em conjunto com os representantes da contratante, garantindo a transparência, eficiência e eficácia na execução do contrato;
- 16.4.5. Ser notificada previamente sobre auditorias ou inspeções, com direito à manifestação e correção de eventuais não conformidades.

#### 16.5. **Das Garantias e Reequilíbrio**

- 16.5.1. Oferecer garantia mínima de 30 (trinta) dias contra defeitos de fabricação ou vícios ocultos, nos termos do art. 18 da Lei nº 8.078/1990;
- 16.5.2. Apresentar, quando solicitado, garantia de fiel cumprimento contratual sob forma de caução, fiança bancária ou seguro-garantia, conforme edital;
- 16.5.3. Pleitear reajustes ou reequilíbrio econômico-financeiro nos casos de variações significativas de custos ou eventos imprevisíveis;
- 16.5.4. Notificar a contratante sempre que houver fatores que possam gerar onerosidade excessiva, propondo medidas de recomposição contratual.

#### 16.6. **Da Sustentabilidade e Responsabilidade Ambiental**

- 16.6.1. Adotar práticas de gestão ambiental responsável, evitando o descarte irregular de materiais e resíduos provenientes do processo produtivo;
- 16.6.2. Assegurar a destinação ambientalmente adequada de mangueiras inservíveis, componentes metálicos e resíduos de borracha;
- 16.6.3. Implementar ações para redução de impactos ambientais durante o fornecimento e transporte dos materiais, observando a política de sustentabilidade da Administração;
- 16.6.4. Responsabilizar-se por eventuais danos ambientais decorrentes de ação ou omissão na execução do contrato.

#### 16.7. **Dos Direitos da Contratada**

- 16.7.1. Receber remuneração de acordo com os valores e prazos estabelecidos no contrato, assegurados reajustes e revisões previstos em lei;
- 16.7.2. Pleitear reequilíbrio econômico-financeiro quando comprovadas variações imprevisíveis ou força maior que alterem os custos de execução;



## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000009/2026

- 16.7.3. Ser ressarcida por danos comprovadamente causados pela contratante ou terceiros, desde que não decorrentes de sua culpa;
- 16.7.4. Ser notificada previamente sobre alterações contratuais, auditorias e inspeções, assegurando o contraditório e a ampla defesa;
- 16.7.5. Solicitar ajustes contratuais motivados por fatos supervenientes devidamente justificados.
- 16.8. **Das Proibições**
- 16.8.1. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, salvo autorização expressa e formal do DERACRE;
- 16.8.2. É proibida a transferência de responsabilidade contratual a terceiros, no todo ou em parte;
- 16.8.3. É vedado o fornecimento de materiais usados, recondicionados ou sem certificação técnica válida;
- 16.8.4. É vedada a divulgação de informações sigilosas obtidas durante a execução contratual, sob pena de responsabilidade administrativa e civil.

## 17. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

- 17.1. **Boletim de Medição**
- 17.1.1. Documento elaborado e assinado pelos responsáveis técnicos, que detalha discriminadamente as obras/serviços realizados, os materiais ou equipamentos adquiridos, as quantidades e os valores respectivos.
- 17.1.2. Este boletim, também deve indicar os objetos de medição previstos contratualmente.
- 17.1.3. O Boletim propicia uma visão clara da evolução físico-financeira do empreendimento, permitindo o acompanhamento preciso do progresso em relação às metas estabelecidas.
- 17.1.4. O Boletim de Medição deve identificar e relatar qualquer desvio de quantitativos em relação ao planejado, devido a imprevistos ou outras condições que possam afetar o cumprimento das metas físicas e objetivos contratuais.
- 17.1.5. Esses desvios e imprevistos são fundamentais para ajustar as previsões e tomar as medidas necessárias para mitigar os impactos no cronograma e orçamento.
- 17.2. **Periodicidade da Medição**
- 17.2.1. A medição dos produtos será realizada periodicamente conforme entrega do objeto e será considerado o período de acordo com a data da entrega efetiva do objeto, garantindo uma avaliação contínua e regular do progresso dos trabalhos.
- 17.3. **Escopo da Medição**
- 17.3.1. Serão medidos apenas os produtos efetivamente entregues, conforme especificações constantes no Edital e seus anexos. A medição deve refletir a realidade das quantidades e tipos do material fornecido.



## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000009/2026

17.3.2. A medição utilizará como referência a proposta apresentada no processo licitatório, considerando as quantidades e os preços unitários estabelecidos no contrato.

17.3.3. Eventuais ajustes, conhecidos como glosas, serão aplicados aos valores medidos quando houver discrepâncias ou não conformidades detectadas pela fiscalização.

#### 17.4. **Documentação Necessária:**

17.4.1. Para que a medição seja validada, é imprescindível a apresentação e a conferência dos seguintes documentos pela equipe de fiscalização:

17.4.2. notas fiscais;

17.4.3. relatório fotográfico, preferencialmente georreferenciados;

17.4.4. Termo de Recebimento Provisório.

#### 17.5. **Procedimentos de Fiscalização**

17.5.1. Todos os documentos apresentados devem ser assinados pelos responsáveis técnicos e conferidos pela equipe de fiscalização, assegurando a veracidade e a conformidade das informações reportadas.

17.5.2. A fiscalização valida a execução dos serviços e materiais listados no Boletim de Medição, garantindo que tudo esteja conforme os critérios estabelecidos e os padrões de qualidade esperados.

17.5.3. O critério de medição detalhado acima estabelece um processo sistemático e rigoroso para avaliar e validar os serviços executados mensalmente, garantindo transparência e precisão na gestão físico-financeira do empreendimento.

17.5.4. A documentação técnica obrigatória e a identificação de desvios são essenciais para a manutenção da conformidade contratual e o sucesso do projeto.

#### 17.6. **Recebimento**

17.6.1. Os materiais serão fornecidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

17.6.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

17.6.3. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

17.6.4. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.





## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000009/2026

17.6.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

17.6.6. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

17.6.7. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

17.6.8. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

17.6.9. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

17.6.10. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

17.6.11. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## 18. DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

### 18.1. Liquidação

18.1.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

18.1.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

18.1.3. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I - o prazo de validade;
- II - a data da emissão;
- III - s dados do contrato e do órgão contratante;
- IV - o período respectivo de execução do contrato;



## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000009/2026

V - o valor a pagar; e

VI - eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

18.1.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

18.1.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

18.1.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

18.1.6.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

18.1.6.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

18.1.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

18.1.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.1.9. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

18.1.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

## 18.2. **Do Pagamento**

### 18.2.1. **Formas de pagamento**

18.2.1.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

18.2.1.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.2.1.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000009/2026

18.2.1.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

18.2.1.5. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### 18.2.2. **Condições de Pagamento**

18.2.2.1. O pagamento será efetuado em parcela única, após a execução do objeto e atesto do Fiscal do Contrato.

18.2.2.2. As condições para realização do pagamento são:

- a) observância da ordem cronológica de exigibilidade, conforme legislação vigente;
- b) comprovação da execução do objeto, mediante confirmação da inscrição e apresentação do certificado de participação;
- c) instrução do processo de pagamento na fase de liquidação da despesa, nos termos da legislação financeira aplicável;
- d) manutenção, durante a execução contratual, das condições de habilitação fiscal e trabalhista exigidas na contratação.

#### 18.2.3. **Prazos de pagamento**

18.2.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 20 dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

18.2.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

### 19. **DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

19.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento DERACRE.

19.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

GESTÃO/UNIDADE:	FONTE DE RECURSOS	PROGRAMA DE TRABALHO	ELEMENTO DE DESPESA
744/201	15000100 - Recurso Próprio	22030000 - Manutenção das atividades administrativas e operacionais - DERACRE	3 3 90 30 54 - MATERIAL PARA MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS



## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000009/2026

### 20. DOS BENEFÍCIOS PARA MICRO EMPRESA - ME E EMPRESA DE PEQUENO PORTE - EPP

20.1. Não será aplicada a exclusividade prevista no art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, uma vez que os itens licitados possuem valores superiores ao limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e apresentam características técnicas que não recomendam sua fragmentação artificial.

20.2. Nos termos do art. 94, inciso XII, do Decreto Estadual nº 11.363/2023, registra-se que não há hipótese legal que justifique a reserva de cota ou exclusividade para ME/EPP no presente certame, mantendo-se a participação ampla e irrestrita, em observância aos princípios da isonomia, competitividade e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

### 21. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

21.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

21.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

21.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

21.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

21.2.4. **Multa:**

21.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **1% (um por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **25 (vinte e cinco)** dias.



## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000009/2026

21.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

21.2.4.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

21.2.4.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

21.2.4.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

21.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

21.2.4.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

21.2.4.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

21.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

21.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

21.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

21.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

21.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

21.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.





## GOVERNO DO ESTADO DO ACRE

### DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE

#### TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000009/2026

21.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

21.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

21.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

21.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

21.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

21.9.4. Os danos que dela provierem para o Contratante; e

21.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

21.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

21.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

21.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

21.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **22. DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

22.1. O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 11.363/2023, constituindo instrumento técnico



**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**  
**DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM ACRE - DERACRE**  
**TERMO DE REFERÊNCIA - TR Nº 0000009/2026**

indispensável à adequada instrução do processo licitatório destinado à contratação de empresa para o fornecimento de Resíduo Fino de Usinagem (Expurgo), observando os requisitos legais, técnicos e operacionais aplicáveis.

22.2. As disposições constantes neste documento vinculam a Administração e a futura contratada, devendo o instrumento contratual refletir fielmente as condições, especificações, quantitativos e prazos aqui estabelecidos, assegurando a execução eficiente e adequada do objeto contratado, com observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, planejamento, interesse público e desenvolvimento sustentável.

22.3. A execução do objeto deverá ocorrer de forma parcelada, mediante emissão de Ordem de Fornecimento, com a retirada do material nas dependências da contratada, garantindo que o resíduo fino de usinagem (expurgo) atenda integralmente às especificações técnicas exigidas, em conformidade com as normas técnicas vigentes e com os padrões de qualidade necessários à sua adequada aplicação nas atividades de manutenção e conservação da malha rodoviária sob responsabilidade do DERACRE.

22.4. A contratação pretendida contribuirá diretamente para a continuidade das atividades operacionais da Autarquia, assegurando o adequado aproveitamento de insumos oriundos do processo de usinagem de CBUQ, promovendo maior eficiência operacional, economicidade e racionalização dos recursos públicos.

22.5. O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das responsabilidades civis e penais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

22.6. Por fim, este Termo de Referência constitui elemento essencial para a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, garantindo transparência, segurança jurídica e eficiência na futura contratação.

**Lucio Eugenio de Souza Consales**

Matricula 9281754

Elaborador/Solicitante

**Celso Nascimento de Souza**

Diretor de Desenvolvimento Regional

Aprovador